

## **CAMPOS E REDES NA ANÁLISE DAS ORGANIZAÇÕES: EXPLORANDO DISTINÇÕES TEÓRICAS E COMPLEMENTARIDADES METODOLÓGICAS**

Silvio Eduardo Alvarez Candido<sup>1</sup>, Mário Sacomano Neto<sup>2</sup> Mauro Rocha Côrtes<sup>3</sup>

<sup>1</sup> *Universidade Federal de São Carlos - UFSCar* - [seacandido@dep.ufscar.br](mailto:seacandido@dep.ufscar.br)

<sup>2</sup> *Universidade Federal de São Carlos - UFSCar* - [msacomano@ufscar.br](mailto:msacomano@ufscar.br)

<sup>2</sup> *Universidade Federal de São Carlos - UFSCar* - [mauro@dep.ufscar.br](mailto:mauro@dep.ufscar.br)

### **RESUMO**

Neste ensaio, exploramos as distinções teóricas e complementaridades metodológicas existentes entre abordagens que conceitualizam as estruturas sociais com base nas noções de campos e redes. Essas perspectivas se opõem tanto à visão atomizada quanto à supersocializada da ação e buscam superar a dicotomia entre estrutura e agência, mas possuem diferenças conceituais importantes. Aspectos epistemológicos e conceituais são discutidos, evidenciando que apesar de ambas serem consideradas relacionais, elas evitam a reificação da teoria de maneiras distintas. Apontamos que a forma como a noção de campo é utilizada por autores como Pierre Bourdieu e Neil Fligstein é articulada em um referencial teórico relacional, no qual a definição da estrutura é inseparável da de agência e do poder, possibilitando a superação de limitações da abordagem de redes. Enfim, argumentamos que o uso das técnicas de análise de redes pode ser orientado pelas teorias de campos.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Campos; Redes; Estrutura Social; Cultura, Poder.

### **ABSTRACT**

In this essay, we explore the theoretical distinctions and the methodological complementarities between approaches that conceptualize social structures as fields and networks. These perspectives oppose to both the atomized and over socialized views of action and aim to overcome the dichotomy between structure and agency. Initially, epistemological and conceptual aspects are discussed in order to explicit the differences between the approaches. We point that the way the notion of field have been used by authors as Pierre Bourdieu and Neil Fligstein is articulated in a relational framework in which the definition of structure is inseparable from the ones of agency and power, allowing to the overcome of limitations of the view of structures as networks. Finally, we argue that the use of network analysis techniques may be orientated by field theories.

### **KEYWORDS**

Fields; Networks; Social Structure; Culture; Power.

## INTRODUÇÃO

---

Nos últimos anos ganharam força as aplicações de abordagens sociológicas relacionais nos estudos organizacionais. Essas abordagens são uma alternativa tanto às abordagens mecanicistas quanto às funcionalistas, enfatizando a compreensão e teorização das relações e dos processos organizacionais e deixando de lado a explicação da substância dos fenômenos. De forma mais ou menos explícita, parte-se do olhar crítico sobre a adoção de constructos teóricos excessivamente rígidos e gerais, que tendem a gerar uma passividade analítica e dificultar a compreensão das dinâmicas de construção dos fenômenos sociais (EMIRBAYER, 1997; MARTIN, 2003). O uso desses modelos é que faria com que, no funcionalismo, se tomasse como dada a existência de padrões globais de relações sociais, que compõe um “sistema”, assumindo que os indivíduos internalizam de antemão as normas com base nas quais agem. Já nas explicações mecanicistas, tender-se-ia a conceber os indivíduos de forma substancial, atribuindo-lhes uma natureza, propriedades fixas e assumindo que eles agem isoladamente, o que reduziria a análise das organizações à identificação de relações de causa e efeito e a proposição de modelos mais eficazes de gestão.

Dentre as abordagens relacionais ascendentes, ganham destaque as que se baseiam nas

noções de redes e campos para facilitar a compreensão da dinâmica organizacional. Enquanto a compreensão da forma como os vínculos entre os atores sociais limitam a ação ocupam os cientistas sociais há muito tempo (BARNES, 1972), nos anos 1980 a noção de redes ganha espaço e se difunde após a publicação de importantes trabalhos, como os de White, Boorman e Breiger (1976) e Granovetter (1985). Já a noção de campo, apesar utilizada há mais tempo de forma coerente por diversos autores das ciências sociais (MARTIN, 2003), se difunde e ganha destaque com o desenvolvimento da sociologia reflexiva de Bourdieu na França (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; BOURDIEU, 1996; BOURDIEU, 2005) e da abordagem institucionalista da sociologia das organizações nos Estados Unidos (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

As concepções de campos e redes como estruturas sociais possuem diversos aspectos comuns, que definem bases para a sua configuração como alternativa às visões sub e sobressocializadas (GRANOVETTER, 1985; BOURDIEU, 2005). Elas propõem formas para que a teoria não pressuponha a dinâmica social a ser analisada, servindo como uma lente flexível e dinâmica que facilite a compreensão dos processos e das práticas sociais. Assume-se ainda que ação é situada em esferas circunscritas, que não podem ser definidas a

priori, mas somente com base na realidade empírica e de acordo com o objeto de análise. Por fim, essas abordagens se aplicam e possibilitam a interconexão de múltiplos níveis analíticos, superando a dualidade entre abordagens macro e micro nas ciências sociais (ASTLEY; VEN, 2005).

Por conta dessas semelhanças, os conceitos de redes e campos são comumente confundidos e a compreensão da relação entre eles ainda é pouco enfocada na literatura. Neste ensaio, buscamos explorar as distinções teóricas e as complementaridades metodológicas existentes entre essas abordagens. Inicialmente, aspectos conceituais são apresentados e discutidos, apontando-se a existência de distinções teóricas significativas nem sempre adequadamente abordadas na literatura. Nossa argumentação nos conduz a apontar que as formas como a noção de campo têm sido utilizadas por autores como Pierre Bourdieu e Neil Fligstein são articuladas em arcabouços teóricos relacionais que incorporam sistematicamente concepções de agência e poder, possibilitando a superação de limitações da concepção de redes como estruturas sociais. Em seguida, argumentamos que essas distinções conceituais não deveriam nos impedir de utilizar os conceitos de forma articulada. Defendemos a pertinência de se utilizar teorias de campos para incorporar sistematicamente concepções históricas de ação, cultura e poder, de forma a superar

limitações da análise de redes. Apontamos ainda que técnicas de análise de rede podem ser utilizadas para objetivar propriedades de atores dos campos e que a própria estrutura do campo pode ser mapeada como uma rede.

#### **REDES COMO FORMAS DE SUPERAR A DICOTOMIA ENTRE AGÊNCIA E ESTRUTURA: COESÃO VERSUS POSIÇÃO NAS INTERAÇÕES**

O uso dos conceitos de redes se difundiu rapidamente nos estudos organizacionais ao longo das últimas décadas (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009; BORGATTI; FOSTER, 2003). Verifica-se ainda que esse conceito é utilizado de formas muito diferentes, não havendo consenso sobre como eles podem contribuir para a compreensão da dinâmica organizacional. Nesta seção buscamos evidenciar e discutir esses diferentes usos e distinguir, de acordo com nossa visão, tais conceitos.

As análises das redes são empregadas para compreender relações entre indivíduos e organizações à medida que há um maior interesse do papel e consequências da estrutura e da dinâmica das interações na vida social. Ela é vista por muitos autores como muito mais do que um conjunto de sofisticadas técnicas para mapear as interações sociais, propondo-se explícita ou implicitamente que a configuração da estrutura de interações ao mesmo tempo constrange e possibilita a ação na sociedade.

Sua análise possibilita compreender uma ampla gama de aspectos da vida econômica, política, afetiva, dentre outras relações expressas através das conexões entre os elos focados na análise (WASSERMAN; FAUST, 1994). Através dos vínculos fluem recursos materiais e não materiais e se realizam diversas formas de relação.

Quatro elementos morfológicos básicos constituem a estrutura das redes: nós, posições, ligações e fluxos (BRITTO, 2002; SCOTT, 2012). Os nós podem ser descritos como um conjunto de agentes, objetos ou eventos presentes na rede em questão. Existem duas perspectivas para o estabelecimento dos nós da rede: a primeira tem as organizações ou indivíduos como unidades básicas de análise e a segunda considera as atividades como os pontos focais do arranjo. As posições definem as localizações das empresas ou atividades (os nós) no interior da estrutura. A posição está diretamente associada à divisão do trabalho dos diferentes atores. As ligações, conexões determinam o grau de difusão ou densidade dos atores de uma rede.

Em seu texto seminal, por exemplo, Granovetter (1985) propõe o conceito de “enraizamento” (*embeddedness*), apontando que o estudo das estruturas das interações diretas entre os indivíduos ou organizações consiste em uma forma de superar as visões subsocializadas e supersocializadas do estudo

da vida econômica. As redes são, assim, a forma de escapar dos pressupostos racionais e simplistas sobre a natureza humana, demandadas pelas explicações mecanicistas, e também de evitar que a explicação sociológica se baseie em características intrínsecas dos indivíduos, em essências ou outras características atribuídas a priori (EMIRBAYER, 1997). Nessa perspectiva, portanto, as estruturas sociais são padrões de interações entre entidades concretas e não um conjunto de normas e valores coerentes e uma classificação de entidades e atributos. O mapeamento das redes gera, assim, uma radiografia das interações presentes na estrutura social, possibilitando a compreensão das organizações.

Emirbayer e Goodwin (1994) apontam para a existência de duas formas distintas por meio das quais os estudiosos das redes representam as estruturas sociais. A primeira, adotada por autores com Granovetter (1985) e Burt (1992), considera que as próprias conexões diretas é que compõem a estrutura. Nestes casos, redes densas, com muitos vínculos fortes e relativamente isoladas (cliques) facilitam o desenvolvimento de culturas coesas, com identidades coletivas fortes. “Vínculos fracos” (GRANOVETTER, 1985) conectando grupos diferentes, de forma a preencher “buracos estruturais” (BURT, 1992), podem também ser

cruciais para a compreensão da dinâmica social e do acesso a informações não redundantes.

Outros autores, dentre os quais White, Boorman e Breiger (1976) merecem destaque, defendem que a estrutura social deriva não das relações diretas entre os vínculos, mas da existência de equivalências estruturais nas posições entre atores das redes que possuem papéis semelhantes em relação a outros elos. A visualização dessas equivalências depende do mapeamento de redes mais amplas, que abarcam diferentes tipos de relações entre os atores (multiplex). Com base na identificação das equivalências estruturais é que esses autores analisam como certos formatos de rede, certas posições e certos tipos de vínculos geram configurações sociais distintas.

Emirbayer e Goodwin (1994) apontam ainda que essas duas concepções de redes como estruturas são geralmente combinadas de três formas distintas com noções de cultura e agência na análise dos processos históricos pelos analistas das redes. A primeira, que os autores denominam de “determinista estrutural”, negligencia a influência dos atores e suas representações na configuração das redes. Em seus estudos, autores como Rosenthal et al (1985) apresentam “fotos” das redes em diferentes momentos do tempo e analisam as consequências dessas configurações, sem, entretanto, se buscar compreender como essas configurações foram geradas.

Uma segunda abordagem é denominada de instrumental-estruturalista (EMIRBAYER; GOODWIN, 1994). Neste caso, tende-se a aceitar a influência dos atores na construção das redes, mas concebe-se a ação de forma instrumental, como se os atores buscassem sempre maximizar sua utilidade. Estudos como os desenvolvidos por Gould (1991 e 1992) são assim caracterizados.

Uma última e mais sofisticada abordagem é denominada por Emirbayer e Goodwin (1994) de estruturalismo-construcionista. Trabalhos como os desenvolvidos por McAdam (1986; 1988) e Padget e Ansell (1993) são emblemáticos dessa abordagem, considerada a mais sofisticada dentre as três perspectivas. Busca-se articular a ideia de rede com concepções de agência e cultura, mobilizando-se uma concepção de ação para explicar os fenômenos históricos e sociais e explicar como as próprias redes se formam. O quadro 1 apresenta as diferentes concepções e abordagens.

Dentre essas concepções, portanto, há uma diferença entre perspectivas eminentemente estruturais, como enfatizado por Burt (1992), e aquelas estruturais que incorporam aspectos culturais e históricos para compreender as relações. A articulação de concepções de agência e cultura com as de rede como estrutura é fundamental para que evitar o determinismo estrutural. Se por um lado é

importante considerar a estrutura interações moldando o comportamento, por outro nos parece fundamental levar em conta que os elos das redes, sejam eles indivíduos ou organizações, são seres culturais, frutos de construções históricas, como indicam estudos recentes sobre redes cognitivas (KILDUFF; TSAI, 2003).

Como sugerido por Fourcade (2007), uma compreensão mais refinada dos processos históricos por meios dos quais as redes se configuram depende da flexibilização do imperativo anti-categórico adotado pelos teóricos de rede. É necessário compreender as características dos próprios atores e como eles interpretam a realidade *vis-a-vis* para agir. Os elos das redes não são todos iguais, possuindo histórias e propriedades que os distinguem socialmente e que definem, em grande medida, suas possibilidades de ação e a própria forma como interpretam a ação de outros atores relevantes. É necessário levar em conta como os aspectos simbólicos e cognitivos guiam o comportamento dos atores nas redes e, particularmente, como eles são decisivamente influenciados pela existência de hierarquias sociais. Não se pode “jogar fora o bebê junto com a água do banho”, negligenciando categorias clássicas da sociologia que podem contribuir para compreender “quem é quem” nas redes.

Mas como é possível considerar esses aspectos estruturais, históricos, cognitivos e simbólicos sem recairmos em explicações funcionalistas e reificar as categorias sociológicas, criando explicações rígidas e que implicam em passividade analítica? Na próxima seção do artigo argumentamos como as noções de campo presentes na sociologia reflexiva de Bourdieu e na abordagem dos campos desenvolvida por Fligstein e McAdam (2012) podem contribuir nesse trabalho.

#### **CAMPOS COMO ESTRUTURAS SOCIAIS: CONSIDERANDO AS RELAÇÕES ENTRE POSIÇÕES**

A construção de pontes entre a análise de redes e as abordagens desenvolvidas pelos autores que destacamos nesta seção depende da compreensão das diferentes formas como essas abordagens concebem o arcabouço teórico de forma relacional e, particularmente, como concebem a estrutura social. Como vimos, a análise de redes busca superar a dualidade entre agência e estrutura considerando que o comportamento está enraizado (*embedded*) na estrutura de interação dos atores com seus pares em situações específicas. A noção de rede é, portanto, o instrumento cognitivo que possibilita considerar que a ação se dá em um contexto de interações diretas entre indivíduos, que, na visão de grande parte dos estudiosos, é suficiente para uma análise objetiva de grande número de fenômenos organizacionais.

Quadro 1 - Estrutura e ação na análise de redes.

Concepções de estrutura	Determinismo Estrutural	Instrumentalismo Estrutural	Construtivismo estruturalista
<b>Interacional</b>	Estudos de redes que enfatizam o papel das interações diretas na constituição das estruturas, sem levar em consideração sua constituição histórica. Ex.: Rosenthal et al (1985)	Estudos que enfatizam interações diretas e consideram os processos históricos de conformação das redes, mas que se apoiam implicitamente em modelos de ação racionalistas. Ex.: Gould (1991; 1992)	Enfatizam o papel das interações diretas na constituição da estrutura e incorporam concepções de agência e cultura na análise dos processos históricos. Ex.: McAdam (1986;1988)
<b>Posicional</b>	Enfatizam o papel das equivalências estruturais na constituição da estrutura sem levar em consideração sua constituição histórica. Ex.: White, Boorman e White (1976)	Enfatizam equivalências estruturais e consideram os processos históricos de conformação das redes, mas que se apoiam implicitamente em modelos de ação racionalistas. Ex. Bearman (1993).	Enfatizam o papel das equivalências estruturais na constituição da estrutura e incorporam concepções de agência e cultura na análise dos processos históricos. Ex.: Padget e Ansell (1993)

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Emirbayer e Goodwin (1994)

É o próprio conceito de rede que possibilita que a análise realizada seja relacional, privilegiando as interações e os processos ao invés das substâncias, por meio de categorias teóricas reificadas (EMIRBAYER; GOODWIN, 1994; EMIRBAYER, 1997).

O conceito de campo é muitas vezes associado nos estudos organizacionais e na sociologia econômica ao institucionalismo sociológico desenvolvido amplamente nos Estados Unidos (POWELL; DIMAGGIO, 1991). Como notam Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni

(2006), a noção de “campo organizacional” tem sido usada de diferentes formas, por vezes conflitantes nesta área acadêmica. Os autores revelam uma multiplicidade teórica significativa, destacando perspectivas com foco interacional e perspectivas enfocadas em aspectos políticos e culturais (MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2006). O quadro 2 apresenta as perspectivas teóricas identificadas pelos autores.

Quadro 2 - Perspectivas teóricas sobre campos organizacionais

Perspectiva teórica	Autores	Elementos-chave	Descrição
Campos como a totalidade dos atores relevantes	DiMaggio, Powell.	Significação e relacionamento	Organizações que partilham sistemas de significados comuns e que interagem mais frequentemente entre si do que com atores fora do campo, constituindo assim uma área reconhecida da vida institucional.
Campo como arena funcionalmente específica	Scott, Meyer.	Função Social	Organizações similares e dissimilares, interdependentes, operando em uma arena funcionalmente específica, compreendida técnica e institucionalmente, em conjunto com seus parceiros de troca, fontes de financiamento e reguladores.
Campo como centro de diálogo e discussão	Hoffman, Zietsma, Winn.	Debate por interesse temático	Composto por organizações, muitas vezes com propósitos dispares, que se reconhecem como participantes de um mesmo debate acerca de temáticas específicas, além daquelas preocupadas com a reprodução de práticas ou arranjos institucionais relacionados à questão.
Campo como arena de poder e conflito	Vieira, Carvalho, Misoczky.	Dominação e poder de posição	Campo como resultado de disputa por sua dominação, numa dinâmica pautada pela re(alocação) de recursos de poder dos atores e pela sua posição relativa a outros atores.
Campo como esfera institucional de interesses em disputa	Fligstein, Swedberg, Jepperson	Poder e Estruturas Cognitivas	Constrições produzidas por organizações detentoras de poder, que influenciam as regras e interação e de dependência do campo em função de seus interesses, que por sua vez, são reflexos de sua posição na estrutura social.
Campo como rede estrutura de relacionamentos	Powell, White, Owen-Smith	Articulação Estrutural	Redes de interação em especial, normalmente mais integradas e entrelaçadas, que emergem como ambientes estruturados e estruturantes para organizações e indivíduos, revelados a partir de estudos topológicos e de coesão estrutural.

Fonte: Machado-da-Silva; Guarido Filho e Rossoni (2006).

As perspectivas interacionais concebem a ideia de campo de forma muito próxima a de redes. White et al (2004), por exemplo, definem um campo organizacional como

**... redes de interações que podem ser modeladas por arcos, pontes e nós que mudam ao longo do tempo. Campos são aquelas redes que emergem como ambientes estruturados e estruturantes dos participantes organizacionais e individuais. Para compreender a dinâmica organizacional, precisamos ter a mesma atenção para com os vínculos externos às organizações nos ambientes em mudança. (WHITE et al, 2004, p. 97)**

Apesar de considerarmos que uma análise pormenorizada sobre as semelhanças e diferenças entre essas abordagens seja fundamental, nos concentraremos em discutir como a noção de campo foi incorporada em abordagens sociológicas políticas-culturais, que consideramos serem alternativas consistentes à ideia de rede como estrutura social relacional.

O autor que desenvolveu e apresentou essa abordagem de forma mais explícita e sistemática foi Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1996; BOURDIEU; WACQUANT, 1992). Bourdieu se baseou na análise filosófica do formato dos conceitos nas ciências exatas de Ernst Cassirer (CASSIRER, 2004) para conceber arcabouço teórico para compreender as “estruturas estruturantes” do mundo social de forma rigorosamente relacional. Como mostra Vanderbergue (1999), a abordagem bourdiesiana pode ser compreendida como uma forma de transpor o formato de conceitos

relacionais das ciências exatas para as sociais de forma não positivista e incorporando uma síntese original de clássicos da sociologia (Weber, Marx, Durkheim, Mauss, Elias, Mannheim, Goffman), da fenomenologia (Husserl, Heidegger, Merleau-Ponty), da filosofia linguística (Wittgenstein, Austin).

Na concepção de Bourdieu, uma abordagem relacional não emerge simplesmente situando a análise em uma matriz de interações diretas entre os indivíduos em uma rede, mas pela mediação de ferramentas teóricas compostas por conceitos que não sejam substancialmente definidos, mas sim relacionalmente operados como um instrumento para compreender a realidade empírica (VANDERBERGUE, 1999; EMIRBAYER; JOHNSON, 2008). Por isso, em sua abordagem, conceitos como habitus, campo e capital não podem ser “coisificados” e nem operados de forma independente. Esses constructos são definidos de forma aberta, subdeterminada e devem ser operados sempre em relação uns aos outros e também aos processos históricos que o analista busca compreender, propiciando uma leitura científica rigorosa, mas nunca rígida dos fenômenos sociais.

Para Bourdieu, a teoria não é um “tipo de discurso profético e programático” por meio do qual acaba se impondo e simplificando a realidade, mas um programa de percepção e ação composto por constructos temporários

que tomam forma para e pelo trabalho empírico (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 161). Para gerar uma compreensão relacional da realidade, a teoria também assume uma forma relacional, sendo que, em grande medida, compreender a teoria bourdiesiana é compreender como suas concepções de ação (habitus), estrutura (campos), poder (capitais) se relacionam para facilitar a prática da pesquisa empírica. Assim, as categorias sociológicas gerais não são abandonadas, como muitos autores o fazem na análise de redes, mas sim adaptadas a uma compreensão relacional do mundo social, devendo sempre ser confrontadas com a realidade empírica na produção da análise.

A concepção de estrutura de Bourdieu também é muito diferente da utilizada na análise de redes sociais, sendo que as noções de redes e campos implicam em formas bastante diferentes de entender as regularidades sociais. O autor define campos como “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nesses espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinada por elas).” (BOURDIEU, 1990, p. 89). Enquanto a concepção de estruturas como redes expressam relações entre indivíduos ou organizações, sendo um conceito de natureza concreta, a ideia de campo como operada por Bourdieu é

mais abstrata, correspondendo a uma rede de relações entre posições.

As posições no campo são definidas pelo aporte relativo de capitais dos agentes (sejam indivíduos ou organizações). Os capitais são as forças ou potenciais de forças acumuladas ao longo da trajetória dos agentes que têm a capacidade de produzir “lucros” para os indivíduos ou grupos que os detêm, determinando suas chances de sucesso na competição social (BOURDIEU, 1985). Esses recursos podem ser transmitidos como heranças entre diferentes gerações de agentes, possibilitando a reprodução da estrutura dos campos ao longo da história. Diferentemente da visão dos economistas e do próprio Marx, entretanto, o capital econômico, diretamente conversível em dinheiro, é apenas um dos tipos de capitais que estruturam o mundo social.

Outro capital fundamental da sociedade moderna é o capital cultural, associado ao domínio de conhecimentos úteis dominantes em um contexto (BOURDIEU, 1985). A acumulação desses conhecimentos demanda investimento de tempo e de recursos, podendo ser objetificada, por exemplo, pelo tempo que um indivíduo permanece na escola e fora do mercado de trabalho. Conhecimentos mais consolidados tendem a se incorporar no habitus dos agentes, o que facilita sua operação prática. Ele também pode ser mais ou menos institucionalizado, o que facilita a sua

mensuração por meio de qualificações escolares e acadêmicas.

A ideia de capital social é uma das ligações mais importantes da teoria bourdiesiana com a teoria de redes, como buscaremos explorar em seções seguintes. Ele corresponde às obrigações sociais ligadas à participação em uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de reconhecimento mútuo, ou seja, ao pertencimento a um grupo (BOURDIEU, 1985). Está diretamente relacionado aos capitais econômico e cultural, pois quanto maior o volume desses capitais que o grupo como um todo possui, maior é o capital social. Assim, o volume de capital social depende do tamanho da rede que ele pode mobilizar e do capital total possuído pelos seus componentes. Há ainda uma tendência de aproximação e de conexão direta de agentes com volumes e distribuição relativa de capitais próximas, visto que eles possuem uma maior afinidade entre si.

A forma mais importante de capital na obra de Bourdieu, relacionada a todas as outras, é o capital simbólico, associado ao status, prestígio e reconhecimento da autoridade de um determinado agente no campo. O capital simbólico é a forma que os outros tipos de capital assumem quando eles são percebidos e reconhecidos como legítimos, com os agentes deixando de reconhecer sua arbitrariedade e

seu exercício como forma de reprodução da dominação (BOURDIEU, 1989).

Cada campo é definido e caracterizado por valorizar tipos específicos de capitais. Os tipos de capitais anteriormente apresentados são amplamente válidos nas sociedades modernas contemporâneas, mas não são os únicos. As fronteiras do campo são definidas por meio dos efeitos de campo, ou seja, por meio do reconhecimento ou não pelos agentes dos capitais válidos no espaço. O volume e a distribuição relativa dos capitais é que estrutura os campos pode ser mapeada com apoio da Análise de Correspondência Múltipla (LEBARON, 2009).

É essa estrutura de dominação que molda as representações dos agentes do campo. Os dominantes tendem a impor a sua visão dos objetos de interesse e disputa específicos, das regras que regulam a interação do campo (nomos) e dos conhecimentos válidos (doxa), o que faz com que toda organização do campo se dê de acordo com os parâmetros dos agentes com mais poder (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). Na concepção de Bourdieu, os campos estão sempre em disputa e de acordo com os resultados dessas disputas todos os parâmetros de organização do espaço e as próprias fronteiras do campo podem mudar. A participação também do campo demanda que os agentes acreditem no jogo e naquilo que estão disputando (illusio).

Os campos são compostos por agentes que possuem habitus, ou seja, que possuem uma série de disposições incorporadas nos valores e princípios práticos que regem a moral com base na qual agem (ethos), pelas suas aptidões corporais (hexis) ou pelos seus modos específicos de pensar e interpretar a realidade (eidos). Essas disposições são incorporadas ao longo de sua trajetória, desde os processos de socialização mais básicos, que se dão na família e na escola, estando relacionados às origens sociais e aos diferentes espaços sociais pelos quais transitou. Por meio da ideia de habitus, Bourdieu buscou superar a oposição entre agência e estrutura, mostrando como os capitais e as estruturas dos campos nos quais as pessoas participam se incorporam na sua cognição e no seu corpo, de forma a não só restringir, mas possibilitar a agência. O habitus opera como uma lente por meio da qual os atores interpretam e atuam nos campos, desenvolvendo estratégias para reproduzi-los e transformá-los (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

Fica claro que na abordagem de Bourdieu, os agentes mais poderosos são capazes impor a cultura de uma esfera social, em um processo de que denominou criticamente de “dominação simbólica”. A ideia de campo para esse autor, portanto implica que

**toda a “realidade” que designa reside na exterioridade mútua dos elementos que a compõe. Os seres aparentes, diretamente visíveis, quer se trate de indivíduos que de grupos, existem e subsistem na e pela diferença, isto é,**

**enquanto ocupam posições relativas em um espaço de relações que, ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real (ens realissimum, como dizia a escolástica) e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos (BOURDIEU, 1996, p. 48).**

Trata-se, portanto, de uma concepção de estrutura bastante distinta da de rede, na qual a interação direta é que restringe e possibilita a ação dos atores. Aliás, Bourdieu criticou duramente a concepção de rede como estrutura, referindo-se, sobretudo, ao trabalho de Mark Granovetter, renegando sua compreensão interacionista das estruturas sociais por não levarem em conta o peso intersubjetivo das estruturas sociais reais, definidas pelo poder e pela cultura (BOURDIEU, 2005, p. 32; BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

De forma semelhante à Bourdieu, Fligstein e McAdam (2011; 2012) propõem uma nova abordagem sociológica relacional, definido os “Campos de Ação Estratégica” como

**ordens sociais de nível meso construídas nas quais atores (que podem ser individuais ou coletivos) estão sintonizados e interagem uns com os outros com base em entendimentos compartilhados (não necessariamente consensuados) sobre os propósitos do campo, sobre as relações com outros do campo (incluindo quem tem poder e porque), e sobre as regras que governam a ação legítima (FLIGSTEIN; MCADAM, 2012, p. 9, tradução nossa).**

Uma das principais diferenças dessa abordagem em relação à de Bourdieu se refere à forma como ela concebe a ação no campo. O conceito de habilidades sociais (FLIGSTEIN, 2007), derivado do interacionismo simbólico de Mead (1934) e Goffman (1959, 1974), toma lugar do

de habitus, enfatizando a importância da habilidade dos atores interpretarem o que acontece no campo, compreendendo a posição e a visão dos outros agentes e sua capacidade de agir empaticamente, construindo identidades comuns para promover a ação coletiva. Busca-se, assim, dar conta tanto da competição mais ou menos explícita existente no campo, enfatizada por Bourdieu, como das formas de ação cooperativa entre os atores.

Aqui também a concepção de estrutura social é muito diferente da utilizada na perspectiva das redes. Na visão dos autores, a forma como os próprios atores do campo interpretam quem é mais poderoso importa muito mais do que os aspectos objetiváveis da estrutura. Enquanto Bourdieu propõe que a estrutura do campo deve ser desvendada analisando a distribuição relativa de tipos de capitais ou propriedades objetivas dos atores (sobretudo os capitais econômico, cultural e social, em suas diferentes variações), Fligstein e McAdam (2012) sugerem que basta compreender como os próprios atores do campo interpretam as suas posições, definindo intersubjetivamente quem são os incumbentes e os desafiantes. Em linha com o pragmatismo do interacionismo simbólico, busca-se, assim, “levar os atores a sério” e enfoca-se na operação prática da estrutura, que Bourdieu busca dar conta por meio da ideia de capital simbólico. Outra diferença importante é que os autores não aderem à sociologia crítica,

como Bourdieu, adotando uma postura mais ambivalente em relação ao poder, que não ganha caráter de violência simbólica. Enfatiza-se não só os aspectos negativos das assimetrias de poder nos campos (relações de dominação), mas também que a existência de incumbentes (ao invés de dominantes) organiza responsabilidades e provê estabilidade às esferas sociais.

Fligstein e McAdam (2012) propõem três estados ideais dos campos: emergentes, estáveis ou em crise. Assimetrias na posse de recursos entre os agentes, sobretudo nos processos de emergência do campo, podem dar origem a campos mais ou menos hierárquicos, o que faz com que nessa abordagem, assim como em Bourdieu, a explicação da gênese dos campos seja fundamental. Quando os campos se estabilizam, tendem a surgir organizações (ou outros atores) que funcionam como unidades de governança, buscando preservar sua estabilidade e possibilitando mudanças apenas incrementais, o que tende a favorecer aos grupos incumbentes. Os campos Estatais são fundamentais nos processos de definição e ratificação das ordens sociais, que, quando questionadas, provocam crises, desacomodando as estruturas, que podem se reconfigurar.

A possibilidade de ação socialmente hábil depende, nessa abordagem, tanto da estrutura do campo e da posição que os atores nela

ocupam quanto do estado em que ele se encontra. Os recursos e o status dos atores incumbentes tendem a ampliar sua capacidade de ação hábil, facilitando que eles reproduzam e melhorem suas posições. Em campos estáveis, atores hábeis de grupos incumbentes tenderão a produzir e reproduzir o status quo, uma vez que são capazes de moldar as identidades, os significados e os próprios interesses prevalentes no campo. Os atores hábeis desafiantes tendem, nessas condições, a ter espaço de ação bastante restrito, sobretudo nos casos em que a organização do campo envolve amplas assimetrias de poder. Em campos emergentes e em crise, os atores hábeis dos diferentes grupos têm mais espaço para atuar, usando sua habilidade para ajudar a ligar grupos com base em apelos às identidades e interesses comuns, mobilizando-os e construindo coalizões políticas capazes de organizar o campo. Atores com mais recursos reconhecidos como válidos, evidentemente, tendem a utilizá-los para organizar os espaços de acordo com suas próprias concepções, gerando estruturas que tendem a ser tão hierárquicas quanto maior for a assimetria de recursos entre os envolvidos na sua construção.

Uma última ideia importante e ainda muito pouco explorada da abordagem Campos de Ação Estratégica é a da interconexão entre campos. Nessa visão, a crescente especialização das sociedades contemporâneas faz com que o

número de campos aumente rapidamente, tornando fundamental a compreensão suas formas de interconexão. Nessa visão, os campos podem ser vistos como mais ou menos dependentes um dos outros, o que molda as relações de poder existentes entre dois espaços relativamente autônomos. A questão da interconexão entre campos, apesar de não enfatizada por Bourdieu, também é considerada por este autor, que demonstra a existência de relações de homologia, com agentes de diferentes campos em posições semelhantes tendendo a ter afinidades. Essa interconexão também é capturada no conceito de campo do poder, um meta-campo formado por agentes dominantes de vários espaços que dividem entre si o trabalho de dominação e disputam o valor relativo dos seus capitais (BOURDIEU, 1998).

As teorias de campos destacadas, portanto, levam a sério a ideia de que o homem é um ser cultural, que age de acordo com crenças, identidades, visões de mundo, que sedimentam as estruturas sociais na sua própria subjetividade. Há aqui, portanto, um modelo de ação e de estrutura que vai muito além de se levar em conta como as interações imediatas a restringe e possibilita. Levam-se em conta os significados compartilhados que fundamentam a ação, que são moldados e moldam as estruturas de poder.

Apesar de muito distintas como concepções de estrutura social, na próxima seção sugerimos que as abordagens de campos e redes possuem importantes complementaridades, ainda muito pouco exploradas na literatura.

### **CAMPOS E REDES: COMPLEMENTARIDADES METODOLÓGICAS**

Analisando a literatura de campos e redes, é possível explorar alguns pontos de contato entre abordagens que nos parecem fundamentais na relevante busca do estabelecimento de diálogo entre elas. Primeiramente, com base no reconhecimento da importância de aspectos interacionais capturados pela noção de rede na formação do capital social e do capital simbólico, apontamos para formas como as técnicas de análise de redes podem contribuir para a objetivação desses recursos. Uma segunda complementaridade apontada se refere a como técnicas específicas de análise de rede podem servir para mapear a estrutura do campo, servindo como uma alternativa à Análise de Correspondência Múltipla, utilizada na abordagem bourdieusiana.

#### **REDES, CAPITAL SOCIAL E CAPITAL SIMBÓLICO**

Conceitualmente, a noção de redes está diretamente ligada à de capital social como desenvolvida por Bourdieu (1985). Como já dito, o capital social é uma das formas básicas de poder apontadas por esse autor e refere-se

às vantagens acumuladas por indivíduos ou organizações por conta da participação em grupos, ou em redes específicas. Sua formação (e da rede que pode representá-lo) é consequência de estratégias adotadas pelos agentes para melhorar sua posição e medidas de rede como a centralidade podem ser usadas como formas de mensurá-lo.

A compreensão do capital social, entretanto, envolve tanto as interações sociais em si, quanto a qualidade dessas interações, sendo que esse tipo de capital não pode ser visto de forma dissociada dos demais, que conjuntamente definem as posições e estruturam os campos. É comum que as análises de redes desconsiderem os pesos econômicos, culturais, simbólicos e demais capitais envolvidos na criação de vínculos. Desconsidera-se, assim, que a acumulação de capital social demanda investimentos de capitais econômicos (o pagamento para participar de um evento acadêmico em que será possível estabelecer vínculos com os pares acadêmicos, por exemplo) e cultural (vinculação a um programa de doutorado, por exemplo). Perde-se de vista, ainda, que o capital social pode ser convertido em ganhos econômicos (por meio do acesso a um financiamento ou de uma informação privilegiada sobre um investimento, por exemplo) e/ou ganhos culturais (como por meio de aprendizados envolvidos na convivência com um especialista

ou pela afiliação a uma instituição que confere status cultural).

A concepção de campo pode direcionar o uso da análise de redes como forma de mensuração e compreensão do capital social, um tipo de recurso de difícil objetivação por meio de dados categóricos (DE NOOY; MRVAR; BATAGELJ, 2011). Ao identificarmos os agentes/atores de um campo para uma análise específica, é relevante diferenciar as relações que eles mantêm tanto com componentes do mesmo campo, quanto os vínculos existentes com atores de campos vizinhos. Em uma análise do campo das montadoras da indústria automobilística, por exemplo, seria possível examinar as empresas que desenvolvem parcerias técnicas, alianças e joint ventures, buscando melhorar sua competitividade (ou sua posição no mercado, que pode ser visto como um campo), ou como colaboram entre si desenvolvendo o que Fligstein e McAdam (2012) chamam unidades internas de governança para promover a estabilização do campo. Os vínculos estratégicos existentes com organizações de outros campos (como vínculos com outras grandes empresas fornecedoras, ou com parceiros para o desenvolvimento de tecnologias mais sustentáveis) também são componentes importantes do capital social. Como Fligstein e McAdam (2012) também apontam, é comum que atores de um campo desenvolvam parcerias estratégicas com atores

de outros campos, sobretudo em momentos de crise, a fim de manter ou melhorar sua posição. Nesses casos, a teoria bourdiesiana indica que é mais provável haver uma aproximação entre atores que ocupam posições homólogas em diferentes campos, o que é semelhante com o que se denomina por homofilia na análise de redes sociais.

É interessante notar ainda que as redes são fundamentais para a difusão de informações, conectando, indiretamente, os atores dos campos e possibilitando que eles monitorem a ação de seus concorrentes. Em redes amplas, envolvendo diferentes tipos de interações (multiplex), atores do mesmo campo tendem a ocupar posições estruturalmente equivalentes. Assim, apesar de os atores do mesmo campo não possuírem interações diretas e frequentes entre si, eles compartilham vínculos que são fontes de informações e que possibilitam monitorar a ação dos concorrentes (em um mercado, por exemplo, atores de um mesmo campo podem estar ligados a clientes e fornecedores comuns).

Outro tipo de capital de difícil objetivação que as redes podem ajudar a mensurar é o simbólico. A literatura sobre análise de redes sociais oferece um amplo conjunto de medidas de prestígio dos atores (WASSERMAN; FAUST, 1994; DE NOOY; MRVAR; BATAGELJ, 2011). De Nooy (2003) aponta que as técnicas de blockmodeling podem ser particularmente úteis

na mensuração do capital simbólico, uma vez que com ela é possível estratificar os atores em níveis discretos, mapeando os padrões particulares de interação por meio do agrupamento dentro e entre clusters que representam as diferentes posições sociais em termos de status. Os resultados da mensuração tanto do capital social quanto do capital simbólico podem ser incorporados como dados mais objetivos para refinar a compreensão da distribuição relativa dos capitais no campo.

#### **REDES E O MAPEAMENTO DA ESTRUTURA DOS CAMPOS**

Na análise das redes sociais existem diversas propriedades estruturais que auxiliam os analistas a desvendar aspectos presentes nas complexas relações entre atores. As propriedades estruturais colocadas por Wasserman e Faust (1994) são: centralidade, equivalência estrutural, autonomia estrutural, densidade e coesão. Na centralidade, um ator concentra vínculos com outros atores da rede, o que possibilita o acesso a recursos, poder e informações. Na autonomia estrutural, há uma intermediação entre vínculos de dois atores, gerando os mesmos efeitos da estrutura centralizada, tais como: acesso a informações, poder, recursos, status, entre outros aspectos. Na equivalência estrutural dois atores ocupam posições similares na estrutura da rede. Quando analisadas de forma transversal e histórica, essas propriedades estruturais, associadas à noção intersubjetiva de campo,

permitem explorar diversos fenômenos da realidade das organizações.

Além de contribuir para mensuração específica de alguns tipos de capitais entre atores do campo, algumas técnicas recentemente desenvolvidas de análise de rede podem ser usadas para mapear o próprio campo. Bourdieu aponta a Análise de Correspondência Múltipla como a forma mais adequada para esboçar a estrutura do campo, por ser uma técnica estatística que “*pensa relacionalmente*”. Em termos gerais, esta técnica possibilita representar os efeitos globais da estrutura de capitais válidos dos agentes, que não podem ser reduzidos a combinação dos múltiplos efeitos puros das variáveis independentes (LEBARON, 2008). Trata-se de uma forma de associar os dados categóricos sobre os capitais dos indivíduos e organizações, de forma a mapear a distribuição relativa que estrutura o campo.

Mas as técnicas de análise de rede são extremamente flexíveis e se tornam crescentemente sofisticadas e, como mostra De Nooy (2003), é possível utilizá-las de forma consistente com a análise de correspondência para mapear o campo, sem comprometer o rigor da abordagem de campo de Bourdieu. Para tanto, é necessário abandonar o imperativos anti-categóricos adotados explicita ou implicitamente por muitos analistas de redes (FOURCADE, 2007), mapeando não só os

vínculos dos indivíduos entre si, mas também a sua afiliação a certas propriedades.

A articulação da análise de redes com a abordagem de campo de Bourdieu sugere que estas técnicas podem ser usadas para mapear a relação mais abstrata entre um conjunto de atores e propriedades relevantes como capitais nos campos. Essa representação visual dos vínculos entre atores e certas propriedades serve, sobretudo, para a análise da distribuição dos capitais econômicos e culturais. Assim, seria possível, por exemplo, vincular um grupo de empresas a certa faixa de faturamento, gerando uma visualização de como se distribui o capital econômico no campo, ou um grupo de profissionais às escolas em que se formaram, o que serviria para facilitar a análise da distribuição do capital cultural institucionalizado em certo campo.

O potencial de orientar as técnicas de análise de rede para a análise de campos é ilustrado por De Nooy (2003), que sugere a representação das propriedades como nós aos quais os atores são vinculados, em uma rede de afiliação. O autor argumenta ainda que técnicas de otimização de layout similares às operadas na análise de correspondência podem ser usadas em pacotes estatísticos de análise de redes, de forma a produzir representações do campo muito próximas às obtidas pela técnica estatística preconizada por Bourdieu.

A complementaridade aqui apontada depende do reconhecimento de que as sofisticadas técnicas de análise de redes podem contribuir muito mais para a construção do conhecimento se elas forem usadas de forma articulada com teorias que subsidiem a análise da dinâmica da estabilidade e da mudança nas organizações. Teorias rigorosamente relacionais como as aqui discutidas são particularmente relevantes para guiar o uso das técnicas de análise de rede, evitando que se recaia em análises sub ou sobressocializadas que se busca superar.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Buscamos, neste ensaio, explorar as distinções teóricas e as complementaridades metodológicas existentes entre abordagens sociológicas fundamentadas nas noções de redes e campos. Para tanto, discutimos inicialmente como esses conceitos oferecem bases distintas para análises relacionais dos fenômenos organizacionais. Na análise de redes, enfocam-se as interações entre os atores para compreender a dinâmica organizacional, o que é feito duas formas distintas. Nas vertentes ditas interacionais, assume-se que a estrutura de interações diretas não só restringe, mas também possibilita a ação social. Já no que denominamos de abordagem posicional, é a equivalência entre os lugares ocupados pelos atores na estrutura das redes multiplex que são base para a compreensão dos processos sociais. Alguns autores consideram que a análise dos

vínculos sociais se dá de forma histórica, levando em conta as representações dos atores das redes. Entretanto, há uma tendência de se conceber os vínculos sociais de maneira reticular, o que alinha essa importante vertente contemporânea dos estudos organizacionais com formas de representação hegemônicas do capitalismo contemporâneo e explica sua rápida difusão (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

O imaginário de uma rede social frequentemente influencia a forma como muitos pesquisadores pensam e analisam os campos organizacionais. No artigo, buscamos desconstruir essa visão analisando o lugar da ideia de campo nas abordagens de Bourdieu (1996) e Fligstein e McAdam (2012) e como ela constitui abordagens relacionais distintas das redes sociais. Neste caso, são os conceitos teóricos que assumem uma configuração relacional, servindo como um conjunto de ferramentas usadas de forma necessariamente articulada na pesquisa empírica e possibilitando uma análise rigorosa, mas nunca rígida da realidade organizacional. Ao invés de serem abandonadas concepções de poder, ação e estrutura, como em boa parte das abordagens de redes sociais, elas são dialeticamente articuladas em um referencial comum a fim de superar dualidades que tendem a paralisar as ciências sociais e constituir uma espécie de programa de pesquisa empírica que possibilita a acumulação do conhecimento.

Argumentamos que é somente considerando essas significativas e raramente discutidas diferenças epistemológicas e conceituais que é que possível combinar as abordagens de maneira consistente. Nesse sentido, sugerimos a existência de complementariedades metodológicas importantes, indicando que as poderosas técnicas da análise de redes podem contribuir significativamente para análise de campos, tendo sua utilização orientada por essa abordagem. Duas maneiras específicas de como isso pode ser feito foram indicadas. Indicamos que as técnicas de análise de redes podem ser usadas para mensurar recursos interacionais dos atores do campo, destacando o que Bourdieu denominou de capitais social e simbólico. Essas mensurações são particularmente relevantes perante dificuldades de medir essas formas de capital, possibilitando a superação de barreiras de objetivação das propriedades dos atores. Análises de redes podem, assim, subsidiar a compreensão da distribuição relativa de diferentes tipos de recursos dos atores de um determinado espaço, contribuindo indiretamente para desvelar sua estrutura.

Argumentamos ainda que a grande flexibilidade e crescente sofisticação das técnicas de análise de redes possibilitam que elas sejam usadas para traçar a própria estrutura dos campos, podendo exercer papel muito semelhante ao da Análise de Correspondência Múltipla

preconizada por Bourdieu. Nesse caso, é necessário mapear não os vínculos dos indivíduos entre si, mas sua afiliação a certas propriedades, ou, em termos bourdieusianos, seus capitais. As redes ganham, assim, um caráter mais abstrato, com sua construção devendo ser sistematicamente baseada na teoria e rompendo-se com imperativos anti-categóricos adotados de forma mais ou menos consciente por muitos dos seus estudiosos. Orientando a utilização das técnicas de análise de rede por abordagens teóricas que se utilizam da noção de campo é possível ainda escapar de dois importantes vieses presentes na teoria social contemporânea. O primeiro, que é fruto da divisão do trabalho científico, refere-se à fetichização de certos métodos e técnicas e sua utilização como base de orientação da pesquisa e de forma totalmente separada do referencial teórico (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). As teorias de campo aqui destacadas podem, portanto, ajudar a guiar a utilização parcimoniosa das técnicas de análise de redes, o que garante que elas sejam instrumentos em processos de pesquisa construídos em bases teóricas consistentes ao invés de guiá-los. O segundo viés refere-se a utilização de abordagens empiricistas que, como mostram Fligstein e McAdam (2012), criam apenas a ilusão de que uma descrição densa, isenta e imparcial é possível e pode dar base à acumulação do conhecimento. Em linha com o que defendem os autores, consideramos que

toda observação é baseada em teorias, que podem ser mais ou menos explícitas e transparentes e que podem inclusive estar inscritas em nossa cognição.

Os estudos organizacionais são caracterizados pelo seu pluralismo teórico, incluindo diversas perspectivas concorrentes e multifacetadas (ASTLEY; VAN DE VEN, 2005). Diferentes perspectivas contribuem para a compreensão de aspectos distintos da realidade, permitindo que os pesquisadores analisem a vida organizacional e aprofundem suas indagações críticas. Assim, é fundamental construir pontes entre as diferentes correntes teóricas ao invés de estabelecer clivagens que inviabilizem o diálogo. Como defendem Hall e Taylor (1996), a combinação cautelosa de perspectivas distintas tem um enorme potencial de ampliar a consistência de nossas análises e possibilitar novas formas de reflexão para o entendimento das práticas dos atores nas organizações, na economia e na sociedade.

#### ***Agradecimentos***

Agradecemos à FAPESP, à CAPES e ao CNPq pelo apoio para a realização da pesquisa. Também somos gratos aos pareceristas anônimos pelas contribuições para melhoria do texto.

---

**Notas**

1 - É interessante notar que Bourdieu se inspira em uma epistemologia não positivista das ciências exatas justamente para combater o modelo dominante de ciências sociais, desenvolvida com base nas ciências naturais positivas. Apesar da aparente contradição dessa postura, isso pode ser visto como uma expressão de um posicionamento político mais amplo do autor, que sugere por meio de sua sociologia crítica que os agentes desafiantes devem se apropriar dos instrumentos culturais dominantes para subverter a ordem que lhes mantém subordinados.

---

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

---

ASTLEY, G. W.; VEN, V. H. A . Debates e perspectivas centrais na teoria das organizações. **Revista de Administração de Empresas**. v. 45, n.2, abr/jun., p.52-73, 2005.

BARNES, J. A. **Social Networks, Module 26**. Ann Adison Wesleu, 1972.

BORGATTI, S. P.; FOSTER, P. C. The network paradigm in organizational research: A review and typology. **Journal of management**, v. 29, n. 6, p. 991-1013, 2003.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. O campo econômico. Política e Sociedade: **Revista de Sociologia Política**, n. 6, 2005.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Bertrand: Rio de Janeiro, 1989.

BOURDIEU, P. **Razões práticas. Sobre a teoria da ação**. 10ª edição. Campinas, Papirus: 1996.

BOURDIEU, P. **The state nobility: Elite schools in the field of power**. Palo Alto, CA: Stanford University Press, 1998.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: Richardson, J. G. (Org). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Nova Iorque: Greenwood, 1985.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **An Invitation to Reflexive Sociology**. Cambridge, Polity Press, 1992.

BRITTO, J. Redes de cooperação entre empresas. In: KUPFER, D. **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

BURT, R. S. **Structural holes: The Social Structure of Competition**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992

CASSIRER, E. **Substance and Function: and, Einstein Theory of Relativity**. Mineola, NY: Dover Editions, 2004

DE NOOY, W. Fields and networks: correspondence analysis and social network analysis in the framework of field theory, **Poetics**, v. 21, p. 305-327, 2003.

DE NOOY, W., MRVAR, A., BATAGELJ, V. **Exploratory Social Network Analysis with Pajek**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. **American Sociological Review**, v. 48, p. 147-160, 1983.

EMIRBAYER, M. Manifesto for Relational Sociology. **American Journal of Sociology**, v. 103, n. 2, p.281-317, 1997.

EMIRBAYER, M.; JOHNSON, V. Bourdieu and Organizational Analysis, **Theory and Society**, v. 37, p. 1-44, 2008.

EMIRBAYER, M.; Network Analysis, Culture, and the Problem of Agency, **American Journal of Sociology**, v. 99, n. 6, p. 1411-1454, 1994.

FLIGSTEIN, N. Habilidades Sociais e Teoria dos Campos. **Revista de Administração de Empresas**, v. 47, n. 2, p. 61-80, 2007.

FLIGSTEIN, N. **The transformation of corporate control**. Massachusetts: Harvard University Press, 1991.

FLIGSTEIN, N.; MCADAM, D. **A Theory of Fields**. New York: Oxford university Press, 2012.

FLIGSTEIN, N.; MCADAM, D. Toward a General Theory of Strategic Action Fields. **Sociological Theory**, v. 29, n. 1, Washington, DC, USA, 2011.

FOURCADE, M. Theories of Markets and Theories of Society, **American Behavioral Scientist**, v. 50, n. 8, pp. 1015-1034, 2007.

GOFFMAN, E. **Frame Analysis**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1974

GOFFMAN, E. **Presentation of Self in Everyday Life**. Garden City, NJ: Doubleday Press, 1959.

GOULD, R. V. Multiple Networks and Mobilization in the Paris Commune, 1871 **American Sociological Review**, v. 56, p. 716-29, 1991.

GOULD, R. V. Trade Cohesion, Class Unity, and Urban Insurrection: Artisanal Activism in the Paris Commune. **American Journal of Sociology**, v. 98, p. 721-54, 1992.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness, **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

HALL, P. A.; TAYLOR, R. CR. Political science and the three new institutionalisms. *Political studies*, v. 44, n. 5, p. 936-957, 1996.

KILDUFF, M.; TSAI, W. **Social networks and organizations**. London, UK: Sage, 2003.

LEBARON, F. How Bourdieu Quantified Bourdieu: The Geometric Modelling Data. In: ROBSON, K., SANDERS, C. (Eds). **Quantifying Theory: Pierre Bourdieu**. Berlin: Springer, 2009.

MACHADO-DA-SILVA, C. L., GUARIDO FILHO, E. R.; ROSSONI, L. Campos Organizacionais: Seis Diferentes Leituras e a Perspectiva da Estruturação, **Revista de Administração Contemporânea**, Edição Especial, p. 159-196, 2006.

MARTIN, J. L. What is field theory? **American Journal of Sociology**, n. 109, v. 1, pp. 1-49, 2003.

MCADAM, D. **Freedom Summer**. New York: Oxford University Press. 1988.

MCADAM, D. Recruitment to High-Risk Activism: The Case of Freedom Summer. **American Journal of Sociology**, n. 92, p. 64-90, 1986.

MEAD, G. H. . **Mind, Self, and Society**. Chicago: University of Chicago Press, 1934

MISOCZKY, M. C. A. Implicações do Uso das Formulações sobre Campo de Poder e Ação de Bourdieu nos Estudos Organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**. Edição Especial, p. 09-30, 2003.

PADGETT, JOHN F.; ANSELL, C. K.. Robust Action and the Rise of the Medici, 1400-1434. **American Journal of Sociology**, n. 98, p. 1259-1319, 1993.

POWELL, W.; DIMAGGIO, P. **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

ROSENTHAL, N, FINGRUTD, M., ETHIER, M.; KARANT, R.; MCDONALD, D. Social Movements and Network Analysis: A Case Study of Nineteenth-Century Women's Reform in New York State. **American Journal of Sociology**, n. 90, p. 1022-54, 1985.

SCOTT, J. **Social network analysis**. London: Sage, 2012.

VANDENBERGHE, F. The Real is Relational: An Epistemological Analysis of Pierre Bourdieu's Generative Structuralism. **Sociological Theory**, n. 17, v. 1, 32–67, 1999.

WASSERMAN, S., FAUST, K.. **Social Network Analysis: Methods and Applications**. Cambridge: Cambridge University, 1994.

WHITE, D. R.; OWEN-SMITH, J.; MOODY, J.; POWELL, W. W. Networks, Fields and Organizations: Micro-Dynamics, Scale and Cohesive Embeddings, **Computational & Mathematical Organization Theory**, n. 10, p. 95–117, 2004.

WHITE, H. C., BOORMAN, S. A., & BREIGER, R. L. Social Structure form Multiple Networks., I - Blockmodels of Roles and Positions, **American Journal of Sociology**, n. 81, p. 730-780, 1976.

---

**AUTORES**

---

**Silvio Eduardo Alvarez Candido,**

*Filiado a Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.*

**Mário Sacomano Neto**

*Filiado a Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.*

**Mauro Rocha Côrtes**

*Filiado a Universidade Federal de São Carlos - UFSCar.*